

Operação Compliance Zero

Preso há cinco meses, Daniel Vercaro vê a investigação ser concluída pela PF nas próximas semanas por fraudes envolvendo o Master e o BRB. Diante do avanço das apurações, o banqueiro reforçou a defesa e tenta nova delação

PF vai indiciar Vorcaro este mês

» RENATO SOUZA

Preso há cinco meses em Brasília, o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, viu a vida de luxo, com festas, encontros com integrantes da cúpula do poder, viagens de jatinho e com a movimentação de elevada quantia de dinheiro, desmorrar em novembro do ano passado, com a deflagração da Operação Compliance Zero. O destino dele começa a ser selado nas próximas semanas, quando a Polícia Federal vai concluir o primeiro inquérito ligado às fraudes no sistema financeiro. A previsão é de que estejam entre os indicados Vorcaro e outros nomes de peso, como o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa.

Diante do indiciamento iminente, Vorcáro decidiu fazer alteração na equipe de defesa. O criminalista Daniel Bialski passou a integrar a equipe de advogados. Bialski afirmou que está avaliando quais estratégias serão adotadas em relação ao caso do cliente. O executivo está detido no 19º Batalhão da Polícia Militar, conhecido como Papudinha, em Brasília. “Fomos recentemente contratados pelo Daniel Vorcáro para atuar, juntamente, com o Sérgio Leonardo e equipe, na defesa”, disse Bialski.

“Neste momento, ainda estamos estudando o inquérito e demais expedientes criminais instaurados para entender e escolher a melhor estratégia defensiva”, completou o advogado. Ele assume a defesa após Vorcaro ter propostas

Reprodução



A previsão é de que Vercaro e o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa estejam entre os indiciados

de delação rejeitadas pela Polícia Federal e pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Ele deve tentar novamente firmar um acordo de colaboração, de acordo com fontes ligadas ao caso.

O primeiro inquérito ligado à Operação Compliance Zero que foi concluído é o que investiga a compra de títulos podres pelo Banco de Brasília (BRB). De acordo com investigadores ouvidos

pela reportagem, sob a condição de anonimato, as equipes policiais desvendaram o emaranhado de recursos envolvidos e a origem dos papéis fraudulentos. O montante inicial surpreendeu os

investigadores, que avaliaram que o esquema é muito maior do que se imaginava.

Em julho, o **Correio** adiantou que a conclusão das diligências ocorreria no início de agosto. A Compliance Zero, que investiga o esquema do Banco Master, foi dividida em várias etapas. Os prejuízos causados ao BRB figuram na primeira parte, pois estão em avaliação desde que o esquema criminoso foi descoberto.

Paralelamente, outras investigações vão continuar em curso, como o envio de dinheiro ao exterior, a participação de outros envolvidos, além da contratação de influenciadores e jornalistas para atacarem o Banco Central por meio das redes sociais. O financiamento do filme *Dark Horse* e o eventual envolvimento de Flávio Bolsonaro ainda estão na etapa inicial das investigações. Fontes na corporação acreditam ser remota a chance da realização de busca e apreensão ou de prisões sobre este trecho da investigação durante o período eleitoral, mas não descartam a hipótese, a depender dos rumos das diligências.

Delação

As propostas de delação de Vercaro foram rejeitadas duas vezes pelos investigadores da Polícia Federal. A avaliação é de que ele não conta tudo que sabe e não traz elementos relevantes, além dos que já foram acessados pela Compliance Zero. A corporação teve acesso

a sete celulares do executivo. Isso e outros elementos cumpridos durante fases anteriores da operação geraram evidências de como ocorriam as fraudes, quem são as pessoas envolvidas e a metodologia criminoso dos integrantes do grupo montado para operacionalizar o esquema.

Diante dos materiais já colhidos, investigadores avaliam como desnesceadora a colaboração de Vorcaro, que, apesar de eventualmente contribuir com as diligências, poderia resultar em impunidade diante de uma ajuda mínima, uma vez que as equipes podem avançar mesmo sem a colaboração do réu. No entanto, deixam em aberto a possibilidade de novas tratativas, desde que ele apresente fatos que ainda não foram esclarecidos pela investigação.

Fontes ligadas à PF ressaltam que a delação é um direito do réu, mas que necessita de elementos mínimos, tanto em relação à narrativa dos fatos quanto das provas para ser aceita. Sem a delação, a avaliação é de que Vorcaro deve amargar anos significativos de prisão, em razão da dimensão do esquema, a quantidade de pessoas envolvidas, formando uma associação criminosa, com indícios de má-fé e pelo papel de liderança no esquema. A expectativa do dono do Master seria de que o oferecimento da devolução de bilhões desviados convenceria os investigadores a firmarem um acordo, mas a possibilidade não se concretizou.